

Não é a fome, é a barragem: o povo Akwẽ-Xerente do Tocantins e os desafios da segurança alimentar diante do modelo de desenvolvimento

Reijane Pinheiro da Silva*

Cassia Araujo Moraes Braga**

Héber Rogério Grácio***

Reilane Carvalho Machado dos Santos****

RESUMO:

Este artigo apresenta reflexões sobre a fome nos mundos indígenas, com análise sobre a avaliação da insegurança alimentar, principalmente por meio dos parâmetros desenhados pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). O empobrecimento dos hábitos alimentares dos povos indígenas, com a diminuição do consumo de alimentos tradicionais e aumento de alimentos industrializados com menor valor nutricional, tem tido como consequência o aumento de doenças crônicas. No caso dos Akwẽ-Xerente, essas mudanças têm relação com o avanço do modelo de desenvolvimento agroindustrial do Tocantins sobre as Terras Indígenas, impossibilitando a continuidade de práticas tradicionais em várias dimensões da vida Xerente. Desse modo, mensurar a insegurança alimentar, em contextos socioculturais diversos, requer um processo amplo, interdisciplinar e participativo, que compreenda toda essa problemática que envolve o acesso à alimentação desse povo. Neste artigo, apresentamos uma proposta de avaliação da insegurança alimentar que aproxima com a realidade Xerente, dialogando com seu sistema alimentar.

Palavras-chave: insegurança alimentar; povos indígenas; escala brasileira de insegurança alimentar; desenvolvimento.

* Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Professora da Universidade Federal do Tocantins, atuando no curso de Nutrição e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0636-9795> E-mail: reipinheiro@mail.uft.edu.br

*** Doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil. Professor associado da Universidade Federal do Tocantins - UFT Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5380-2486> E-mail: hrgracio@gmail.com

** Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Federal do Tocantins, UFT, Brasil. Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2804-8546> E-mail: cassia.braga@ifto.edu.br

**** Graduação em Nutrição em andamento pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista PIBIC. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9363-6000> E-mail: reilane.machado@mail.uft.edu.br

It's not hunger, it's the dam: the Akwẽ-Xerente people of Tocantins and the challenges of food security in the face of the development model

ABSTRACT:

This article presents reflections on hunger in indigenous worlds, with an analysis of the assessment of food insecurity, mainly through the parameters designed by the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA). The impoverishment of the eating habits of indigenous peoples, with the decrease in the consumption of traditional foods and the increase in industrialized foods with lower nutritional value, has resulted in an increase in chronic diseases. In the case of the Akwẽ-Xerente, these changes are related to the advancement of the Tocantins agro-industrial development model over Indigenous Lands, making it impossible to continue traditional practices in various dimensions of Xerente life. Therefore, measuring food insecurity, in different socio-cultural contexts, requires a broad, interdisciplinary and participatory process, which understands all these problems that involve access to food for these people. In this article, we present a proposal for evaluating food insecurity that approximates Xerente's reality, dialoguing with its food system.

Keywords: food insecurity; indian people; brazilian food insecurity scale; development.

Introdução

Nos primeiros meses do ano de 2023, imagens de indígenas Yanomami, adultos e crianças, em adoecimento e desnutrição severa, foram amplamente divulgadas nos meios de comunicação brasileiros e internacionais, chamando a atenção para os resultados do processo de violência sistemática contra o território Yanomami, em curso desde a década de 1970 (Valente, 2015). Os corpos expostos pela fome e desnutrição testemunham a indissociabilidade entre os corpos indígenas e os corpos das terras que habitam. Em consonância, o líder indígena Davi Yanomami, ao afirmar “Não é a fome, é o garimpo”, sugere que pensar a fome como um problema em si não é suficiente para entender a complexidade da tragédia que atinge vários povos indígenas brasileiros, uma vez que as organização produtivas tradicionais indígenas são diretamente vinculadas às suas terras e territórios: roças, caça, pesca, coleta, tempos de plantio e colheita, rituais e festas formam um conjunto de atividades sistêmicas para a maioria dos povos originários brasileiros. Nesta direção, a questão central que orienta as reflexões aqui apresentadas refere-se a uma avaliação preliminar da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), que é um parâmetro utilizado pelo Estado para identificar famílias em insegurança alimentar, bem como para inclui-las nos programas de assistência e nas políticas públicas.

Através da análise de alguns elementos do sistema alimentar do Povo Akwê-Xerente, do Tocantins, problematizamos a aplicação da EBIA em contextos de diversidade étnica, a fim de contribuir para que esse instrumento se aproxime da complexidade que envolve a relação com o alimento entre os Akwê e outros povos originários e tradicionais, articulando os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar. Convém ressaltar que os dados etnográficos, bem como as referenciais citadas compõem parte de uma pesquisa em andamento¹, da base etnográfica, que tem como objetivo avaliar a segurança alimentar e nutricional entre os Akwê-Xerente. Acreditamos que pensar políticas de segurança alimentar para os povos indígenas implica em estabelecer aproximações com os conceitos êmicos, a fim de subsidiar parâmetros que reconheçam e potencializem outros saberes acerca das formas de pensar, produzir e distribuir os alimentos.

Pesquisas anteriores constatarem uma significativa mudança nos hábitos alimentares dos Akwê-Xerente (Rocha; Silva; Nascimento, 2016), diretamente relacionada à pressão do modelo de desenvolvimento agroindustrial do Tocantins, sobre as Terras Indígenas (TIs). Muitas dimensões da vida Xerente foram impactadas. Entre elas o fim das roças de vazante, como a construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado (UHE Lajeado), o adoecimento por doenças metabólicas como a diabetes, associada à mudança da dieta tradicional, o surgimento das doenças crônicas não transmissíveis, como a hipertensão e doenças cardiovasculares e a diminuição das roças de toco (coivara), desestimuladas pelo Estado e órgãos ambientais, por usarem o fogo como técnica produtiva. Com pouca caça, com poucos peixes, sem as roças de vazante e com a diminuição das roças de toco, os Xerente valem-se do artesanato do capim dourado, de programas como o Bolsa Família e da distribuição de cestas básicas por Organizações Não Governamentais e instituições públicas, para sobreviverem. As poucas roças que resistem/existem, produzem mandioca, feijão, arroz, abóbora, gergelim, batata doce e banana, mas em quantidade inferior à demanda por alimentos dentro das TIs.

As lideranças apontam que antes da construção da UHE de Lajeado havia cerca de trezentas famílias “vazanteiras” nas TIs Xerente e Funil e que a pesca era abundante. A roça de toco, uma prática condenada pelos órgãos ambientais e sistematicamente combatida, era outra estratégia fundamental de produção de alimentos. R. Xerente afirma que para inibir a prática o estado “prometeu” apoio para mecanizar o plantio nas TIs, mas isso não aconteceu de forma suficiente e planejada. É possível ver, em muitas aldeias, sucatas de tratores doados pelo governo estadual, mas que nunca receberam manutenção adequada, assim como também não houve nenhuma preparação técnica efetiva para o processo de “modernização” do plantio (Silva; Grácio, 2020).

O modelo de desenvolvimento agroindustrial hegemônico no Estado do Tocantins transformou as Terras Indígenas em ilhas verdes cercadas de grãos, impactadas pela contaminação do solo, águas, seres humanos e não humanos, diminuição da caça e mudanças no curso dos rios e oferta de peixes, pela construção da Usina Hidroelétrica de Lajeado (Silva; Grácio, 2020). Todo o sistema produtivo, como assim definimos, foi afetado.

A desigualdade do acesso aos bens de consumo e alimentos, resultados da concentração de renda e riquezas em todo o mundo, explica, em parte, a insegurança alimentar e a fome nas periferias das grandes cidades brasileiras. Quando nos referimos aos contextos indígenas, se faz necessário entender como formas de habitar e pensar os territórios, que definimos como territorialidades, exigem outras articulações teóricas para entendermos o que é a fome, a partir de possibilidades que não estão no horizonte das explicações coloniais. Nesse sentido analisar as interpretações indígenas sobre a fome pode indicar possibilidades de uma aproximação efetiva das realidades e necessidades dos povos indígenas brasileiros, apontando novas categorias e um novo vocabulário para políticas públicas. A exemplo do título desse trabalho, que parafraseia a explicação do líder Davi Yanomami diante da situação que tem afetado seu povo: “Não é a fome, é o garimpo”, defendemos a necessidade de aproximações que “levem a sério” o que dizem os indígenas sobre si mesmos (Viveiros De Castro, 2015), do contrário continuaremos reproduzindo nossa colonialidade, em ações pontuais, na velha perspectiva missionária, que tanto caracteriza as ações do estado brasileiro, que, como aponta Segato (2021): dá com uma mão o que já tirou com a outra.

Os Akwẽ-Xerente

Os Akwẽ-Xerente vivem no município de Tocantínia – TO, a 76 Km de Palmas, capital do Tocantins, região norte do Brasil, sendo aproximadamente 93 aldeias, com aproximadamente 4.500 pessoas (Schmidt, 2022). Vivem em duas Terras Indígenas (TIs), sendo a TI Funil e TI Xerente, entre o rio Tocantins, margem esquerda, e rio Sono, margem direita. São classificados na etnologia como Jê Centrais. Em sua organização social representam na existência de duas metades exogâmicas – *Doí* (Sol) e *Wahirê* (Lua), onde os clãs representantes da metade *Doí* são os *Kuzatdekwa* (donos do fogo), *Kbazitdekwa* (donos do algodão), e *Kritotdekwa* (donos do jogo com a batata assada ou donos da borracha), quanto a metade *Wahirê* estão incluso os clãs *Krozake*, *Kreprehi* e os *Wahiretdekwa*. A relação entre os clãs envolve regras sociais com direitos e deveres recíprocos. Cada clã tem um conjunto de nomes próprios que são passados de pai para filho, de avô paterno

para neto ou sobrinho-neto. Outro fator que possibilita distinguir as duas metades é a pintura corporal: os *Wahirê* utilizam traços verticais e os Doí círculos.

Assim como em outras culturas, para os Akwẽ o alimento é um elo entre pessoas, seres materiais e imateriais e sociedades. No caso da relação com a sociedade não indígena, este elo tem sido avaliado como negativo, desestabilizador do equilíbrio do grupo, uma vez que a adoção dos hábitos alimentares dos “não índios” tem causado doenças, o acúmulo de lixo e poluição, fatores não existentes no período anterior ao contato.

O aumento do consumo de alimentos processados e o relativo abandono das práticas alimentares tradicionais tem como causa a relação já duradoura entre o Povo Akwẽ e a sociedade envolvente. Apesar de sabermos que a dinâmica cultural é inerente a todas as sociedades humanas e que a mudança de hábitos é um processo contínuo, os projetos de desenvolvimento econômico e a pressão destes nas Terras Indígenas em questão têm um impacto significativamente negativo, pois provoca desequilíbrios ecológicos e altera as relações tradicionais entre estes indígenas e o ambiente que ocupam. A UHE de Lajeado, ao represar as águas impede, por exemplo, que no Rio Tocantins ocorram as cheias sazonais, que fertilizavam as terras às margens, permitindo o plantio tradicional nas chamadas vazantes, no momento da “seca”. Não existindo mais vazantes, não existem mais as roças “de onde se comiam as melancias mais doces”, segundo um Akwẽ. Outro fator é a diminuição de peixes, antes da UHE, abundantes. Observamos ainda que o plantio em roças de coivara, que usam o fogo para provocar a fertilização do solo, é uma prática condenada pelos órgãos ambientais. Muitos Akwẽ afirmam que para inibir a prática da coivara, chamada por eles de “roça de toco”, o estado “prometeu” apoio para mecanizar o plantio nas Terras Indígenas, mas isso não acontece de forma suficiente e planejada.

As pesquisas entre os Akwẽ-Xerente podem ser divididas em dois períodos, principalmente. O primeiro compreende desde os trabalhos clássicos de Nimuendaju (1942), Maybury-Lewis (1990), Lopes da Silva e Farias (1992) e Paula (2000). Esses autores se voltaram para a compreensão da organização social e política, relações de parentesco e cosmologia, situando os Akwẽ no universo das análises sobre os Jês (do Brasil Central), cuja dualidade social se manifestaria nas associações por gênero, associações por idade, partidos e metades, caracterizados por uma complexa organização social e cosmológica e por uma suposta simplicidade da vida material, em dependência visceral do território.

Pesquisas mais recentes trazem contribuições relativas aos desafios contemporâneos enfrentados pelos Akwe, que referem-se, em síntese à sobrevivência como povo, desde o início do processo de colonização e expulsão do vasto território que ocupavam

imemorialmente (antigo Norte de Goiás, atual Tocantins), até a criação do Estado do Tocantins, em 1988 (Ribeiro, 1986). Esses trabalhos abordam, entre outros temas, a relação com o território, o ingresso no ensino superior, os sistemas de saúde e de cuidado, as mudanças alimentares, as políticas públicas, o impacto dos projetos de desenvolvimento sob as Terras Indígenas (Araújo, 2016; Lima, 2016; Marquezan, 2019; Schmidt, 2011; Schroeder, 2006; Silva, 2015; Silva; Dourado, 2019; Silva; Grácio, 2020; Waikanasê, 2021).

A fome

No âmbito dos debates antropológicos, as análises sobre a fome se estendem desde olhares sobre as práticas alimentares, até a construção da categoria pelo Estado, ao enunciar a sua existência discursivamente e instituir políticas de combate à fome. O próprio conceito de fome pode abarcar uma diversidade de significados, ser usado para indicar necessidade de comer um alimento específico ou como necessidade de ingestão de alimentos, assim como também pode significar uma subalimentação ou falta do necessário; usamos a palavra fome quando falamos de desnutrição, pobreza, miséria ou apenas de um intervalo entre uma refeição e outra (Blanco, 2017; Verdum, 2003). De acordo com Blanco (2017, p. 6), a fome está relacionada com os níveis biológico, psicológico, social e cultural, ou seja, “é definida como uma necessidade biológica a ser satisfeita de modo mais ou menos bem-sucedido pelas instituições sociais, econômicas e políticas”. Verdum (2003) sugere que o termo pode abordar miséria e ainda reforçar situações de poder e colonialismo. Assim, a fome adquire sua significância e conceituação pela percepção do esquema cultural que está envolvida:

A fome, ou o que chamamos de fome, pode estar relacionada em uma dada situação cultural a uma escassez temporária de alimentos, à sazonalidade de determinados alimentos provenientes da caça, pesca, coleta e cultivo, ou pode estar relacionada a circunstâncias ritualísticas, onde há a restrição individual ou coletiva ao consumo de determinados alimentos em um dado período do ano (Verdum, 2003, p. 133).

Pensar a fome para além da dimensão fisiológica não é um desafio fácil, pois do ponto de vista das necessidades humanas mais urgentes, comer é condição para a sobrevivência e a privação de comida tem levado milhares de pessoas à morte, tanto na contemporaneidade, como em outros tempos. A tese da universalidade da fome e os parâmetros para avaliar a segurança alimentar e nutricional de populações são caracterizados pela perspectiva de que a fome como problema social está associada a contex-

tos de subdesenvolvimento. A força dessa narrativa foi analisada por Escobar (1998) ao apresentar a exegese do conceito de desenvolvimento, na invenção do Terceiro Mundo, apontando que os discursos e práticas associados a essa categoria, obscureceram o fato de que, tanto a fome e a pobreza, são gerados pelo processo de organização econômica capitalista. Em síntese, a questão que se apresenta latente nesse processo refere-se à constituição de desigualdades e o empobrecimento de populações, comunidades tradicionais e originárias. Estas estruturaram formas de viver ajustadas aos seus territórios, articuladas com referenciais cosmológicos e políticos, e que foram e têm sido transformados (as) em pobres e famintos, tanto do ponto de vista material, uma vez que seus modelos produtivos têm sido destruídos, como pelo discurso hegemônico, através de categorias, classificações e medições para que sejam alcançados pelas políticas públicas.

Josué de Castro foi o primeiro pensador brasileiro a situar a fome como um elemento importante para se compreender a geografia das desigualdades brasileiras. A partir de um olhar crítico sobre o aclamado desenvolvimento econômico capitalista, o autor explica: “Por trás desta estrutura com aparência de progresso “progresso de fachada” permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome” (Castro, 1984, p. 270).

O autor destaca que a fome foi pouco explorada como campo de estudo em comparação com outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo como as guerras, pestes ou epidemias, apesar de causar estragos maiores do que guerras e epidemias juntas. O mesmo ocorre no âmbito dos debates antropológicos. Enquanto a comida é tema de muitas pesquisas estruturadas na consolidada linha antropologia da alimentação, a fome não recebe o mesmo tratamento. A antropologia, desde Lévis-Strauss, ao apontar o cru e o cozido como representações da passagem da natureza à cultura, registra, analisa e compara os hábitos alimentares das culturas humanas, em uma vasta produção teórica que aborda tabus alimentares, resguardos, simbolismos, além de evidenciar que a comida é, também, um marcador de diferenças entre os grupos humanos e uma referência identitária importante (Canesqui, 2005; Maciel, 2001; Mintz, 2001; Oliveira, 2020; Romanelli, 2006).

No Brasil os estudos de Josué de Castro influenciaram as primeiras ações de combate à fome, contribuindo para a mudança de perspectiva de atuação do Estado em relação aos grupos vulnerabilizados. Belik, Silva e Takagi (2001, p. 128) apontam uma retrospectiva das perspectivas e iniciativas estatais sobre a fome, por parte do Estado brasileiro:

analisando em retrospecto as políticas alimentares no Brasil, foi possível observar como elas mudaram de caráter ao longo das décadas. De forma

bastante simplificada, as políticas alimentares foram analisadas a partir dos seguintes períodos: no início do século passado, predominaram políticas de intervenção para resolver o problema dos preços altos e da falta de alimentos. A partir dos anos 30, predominou a visão de atuar nas estruturas de distribuição. Ampla estrutura de estocagem e distribuição de alimentos foi criada nacionalmente, sobretudo a partir da década de 60. Em seguida, nos anos 70, ampliou-se a intervenção pública e o Estado passou a atuar no incentivo à produção agropecuária, gestão direta das estruturas de comercialização e na regulação do mercado. Finalmente, no final dos anos 80, observou-se o desmonte das políticas agrícolas ¾ em particular a do crédito rural subsidiado ¾ que deram sustentação à agricultura intensiva, embora a produtividade e a produção continuassem a elevar-se nas décadas seguintes, e das políticas de abastecimento. Os anos 90 foram marcados por dois períodos muito distintos: na primeira metade da década, houve grande mobilização da sociedade em torno do tema do combate à fome e à miséria, resultando na formação, pela primeira vez, de uma institucionalidade integrada, de caráter nacional, para o combate à fome. Essa estrutura dinamizadora, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), teve, no entanto, vida curta. A segunda metade da década foi marcada pelo desmonte das estruturas anteriores e sua substituição por políticas focalizadas, de articulação com as comunidades, e pelo fornecimento de programas de renda mínima do tipo bolsa-escola, bolsa-saúde, etc.

Em 2003, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Fome Zero substituiu o programa Comunidade Solidária do governo Fernando Henrique Cardoso e articulou várias iniciativas em torno da questão, o que resultou na criação do Programa Bolsa Família, também em 2003, e que se tornou o mais duradouro programa de combate à fome na história política brasileira, sendo substituído pelo nome de auxílio Brasil, no período de 2018 a 2022, na gestão de Jair Bolsonaro e retomado em 2023, com a eleição de Lula para o mandato 2023-2026. Importante registrar que o programa é, hoje, o de maior alcance nas áreas indígenas. No Estado do Tocantins, cento e cinquenta e oito mil famílias recebem o PBF, conforme informações do site do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome (2023), o programa alcança mais de 80% das famílias indígenas. Em pesquisa anterior, constatamos a associação do benefício recebido com a garantia de acesso à alimentação dos Akwẽ. Observamos que os indígenas apresentam situações de risco para insegurança alimentar devido às mudanças socioambientais inerentes aos projetos de desenvolvimento implementados perto do território Xerente, em que houve uma diminuição das práticas alimentares tradicionais, aumentando o consumo excessivo de alimentos industrializados, de baixo teor nutricional (Fonte removida para avaliação às cegas).

O programa rompeu com ações isoladas de combate à fome, que eram dispersas, pontuais e sem nenhum tipo avaliação (Albuquerque, 2009; Belik, 2003). Avaliar o im-

pacto das políticas públicas relativas à segurança alimentar tornou-se fundamental. Albuquerque (2009) menciona que as avaliações da condição de segurança alimentar de grupos populacionais, historicamente, consideravam os padrões de consumo alimentar, fontes de acesso ao alimento e padrões nutricionais, por meio de um balanço alimentar, instrumento que mostra os níveis médios de consumo alimentar (calorias médias) por pessoa por dia, indica as prioridades para análise de consumo e a preocupação global com a política alimentar.

EBIA

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar foi construída com base em estudos realizados nos Estados Unidos (EUA) por Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições acadêmicas e entidades governamentais com o intuito de definirem novos indicadores para mensuração da fome. Como resultado, dois projetos de pesquisa foram apresentados: Os indicadores de *Cornell/Radimer* e o Projeto Comunitário de Identificação de Fome Infantil (*Community Childhood Hunger Identification Project – CCHIP*). Os dois projetos de pesquisa apresentaram resultados bastante confiáveis em relação à análise do nível de insegurança alimentar, desse modo, uma equipe de pesquisadores dos EUA propôs um único instrumento com a inclusão dos resultados dos dois projetos; assim, o instrumento adotado nos EUA é o USDA Core Food Security Module, hoje denominada *US Household Food Security Survey Measure (HFSSM)* (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

No Brasil, entre 2003 e 2004, foi validada uma versão desse instrumento intitulada de EBIA, que foi aplicada na Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar em 2004, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e passou a integrar a Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde (PNDS) a partir de 2006. Cabe aqui ressaltar que nesses levantamentos não incluíram os povos indígenas, quilombolas e minorias étnicas; além disso, há vários questionamentos sobre o uso das escalas e seus procedimentos metodológicos em contextos socioculturalmente diversos (Athila; Leite, 2020). Os participantes sugeriram adaptações para os contextos socioculturais diversos, assim o questionário adaptado foi aplicado em uma amostra rural. Com o propósito de medir a percepção da insegurança alimentar e fome em nível domiciliar, o instrumento incluiu a renda familiar e o consumo diário de alimentos. No questionário aplicado na zona rural, foram acrescentadas perguntas sobre produção agrícola e produção de alimentos para autoconsumo (Kepple; Segall-Corrêa, 2011).

A EBIA, além de inserir a Segurança Alimentar e Nutricional no rol da produção sistemática de informação, viabilizando a análise de impactos, tendências e pontos de inversão do fenômeno em nível populacional, representa também um ganho político ao ser evidenciada em um campo oficial de análise, favorecendo a inserção de seus dados em estudos já consolidados como exemplo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, articulando outros indicadores como a inequidade territorial das regiões brasileiras, renda *per capita* e aos quesitos cor/raça, escolaridade e situação de trabalho (Azevedo; Ribas, 2016). A escala é um ótimo instrumento para análise da vulnerabilidade em termos de alimentação e nutrição de núcleos familiares, capaz de obter informações sobre a realidade real, avança em relação a outras metodologias focadas somente na disponibilidade de alimentos por população. Entretanto, a escala “não identifica o desequilíbrio e a erosão cultural da dieta e dos sistemas alimentares ou a contaminação química e genética dos alimentos como elementos de insegurança” (Azevedo; Ribas, 2016, p. 244).

Povos indígenas e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

As pesquisas sobre insegurança alimentar em Terras Indígenas no Brasil têm apresentado dados sobre o empobrecimento dos hábitos alimentares, com o abandono de alimentos de uso tradicional e aumento do consumo de produtos industrializados com menor valor nutricional, causando conseqüentemente, o aumento de doenças crônicas. A redução da diversidade alimentar e o consumo frequente de alimentos de elevado teor de açúcar, gordura e sódio, são as principais causas, uma vez que os alimentos mais nutritivos, em geral, são menos acessíveis e mais caros para essas populações. Com alteração das práticas de subsistência, há também a redução de atividades físicas, o que vem resultando em excesso de peso, com quadros de sobrepeso e obesidade em adolescentes e adultos, relacionados com doenças cardiocirculatórias, hipertensão e diabetes, além disso, vários estudos têm evidenciado casos de desnutrição infantil (Garnelo; Welch, 2009; Moura; Batista; Moreira, 2010; Ribas; Leite; Gugelmin, 2007; Salgado, 2007).

Mensurar a insegurança alimentar em contextos socioculturais diversos requer um processo amplo, duradouro, interdisciplinar e participativo: “O debate envolveria não apenas uma reflexão sobre o sentido que o conceito de insegurança alimentar possa ter para suas epistemologias de mundo, mas também a quais tipos de ações esta aplicação poderá conduzir” (Athila; Leite, 2020, p. 8). Nesta direção, os autores chamam a atenção à adequação da EBIA para ser aplicada entre os diferentes povos indígenas do país. No

instrumento é necessário incorporar as diferentes visões de mundo do povo em estudo, sua organização social, sistemas alimentares e noções de condições de vida. É necessário compreender e avaliar as concepções nativas sobre sua alimentação a fim de analisar se as definições de “qualidade” e “quantidade” estão de acordo com as noções que os povos indígenas têm sobre comida. Além disso, questões relevantes sobre o acesso a alimentos, o dinamismo de seus sistemas alimentares e a sazonalidade devem ser observados e incorporados nessas análises sobre insegurança alimentar.

A versão atual da EBIA é composta por 14 itens (Brasil, 2014, p. 15), sendo:

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?
13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

O instrumento adotado para identificar o nível de insegurança alimentar no Brasil não dialoga com a realidade dos povos indígenas e nem considera a diversidade de percepções sobre a fome, sobre a produção e obtenção de alimentos, resguardos alimentares necessários para a manutenção da saúde, reciprocidade, trocas alimentares, mudanças dos hábitos alimentares, e, fundamentalmente, a dependência do território, que é o cerne dos sistemas alimentares dos povos indígenas brasileiros. Os conceitos contidos na EBIA, muitas vezes não são compreendidos pelos povos indígenas, além disso, o fato de ser compreendido por um povo, não significa que será entendido por outro, uma vez que cada etnia tem suas especificidades (Yuyama *et al.*, 2008). Analisar a fome, insegurança alimentar ou soberania alimentar em “nossa” perspectiva capitalista, colonizadora e paternalista resulta em dados científicos que embasam projetos sociais que não garantem resultados concretos e eficazes para os povos indígenas, uma vez que não consideram a relação com o alimento, com a terra e forma de cultivar de determinada etnia.

Cabe aqui ressaltar que as escalas de insegurança alimentar foram criadas de acordo com a “nossa” compreensão de situações selecionadas como relevantes no universo do que seria fome ou insegurança alimentar. O próprio conceito do que seria “acesso à comida” está relacionado com a experiência de fome dos domicílios americanos; assim, nesse modelo conceitual, a possibilidade de aquisição, armazenamento e gestão do acúmulo de comida são critérios centrais. Os estudos realizados entre os povos indígenas contemplam a interpretação desse conceito universal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e não a perspectiva de fome e insegurança alimentar do povo estudado; em certa medida, as pesquisas buscam “tornar visíveis” os povos indígenas, suas práticas tradicionais, suas condições sociodemográficas e de saúde, mas acabam não mensurando suas próprias “noções de bem-estar e saúde” deles (Athila; Leite, 2020).

Uma EBIA indígena?

A construção de parâmetros para avaliar o acesso aos alimentos e, posteriormente pensar e construir políticas públicas relacionadas à fome é condição para que o Estado atue junto às populações, comunidades e povos vulnerabilizados. As chamadas evidências científicas, são, portanto, a base para o planejamento de ações mitigadoras. Elas se traduzem na apresentação de dados coletados por parâmetros universalistas, próprios da perspectiva epistemológica da razão ocidental. Como apresenta Segato (2021, p. 112), no caso dos povos indígenas, “as instituições da modernidade são projetadas eurocen-

tricamente nas instituições do mundo aldeia.” Na direção do que aponta a autora e com a intenção de abrir “brechas em um território totalizado pelo esquema binário”, sugerimos superar a “opressão das categorias” (Segato, 2021, p. 50), pois elas são estruturantes da colonialidade, no sentido atribuído por Quijano (2005). É o objetivo desse artigo contribuir para que a EBIA se aproxime da complexidade que envolve a relação com o alimento entre os e outros povos originários e tradicionais, com a intenção de apontar contribuições para um novo vocabulário para as políticas públicas, que orientem ações voltadas para a superação da fome e da insegurança alimentar entre os povos indígenas. Propomos que a avaliação relativa à insegurança alimentar considere, entre esse povo, um olhar sobre o que definimos aqui como uma ecologia alimentar. Schmidt (2022), ao se debruçar sobre as formas como os Akwẽ pensam sua ontologia, apontou uma ontologia alimentar, mostrando que comer é um processo simultaneamente criador de seres, corpos e relações sociais, assim como voltar a comer as comidas tradicionais se apresentam nos discursos contemporâneos como uma forma de reexistir e resistir (Schmidt, 2022). Na mesma direção que a autora propõe, para entender a relação dos Akwẽ com os alimentos, sugerimos a necessidade de se considerar como esse povo concebe a produção dos alimentos e os saberes necessários para que todos os que vivem no seu território se alimentem, humanos e não humanos.

Sistema alimentar xerente e um novo vocabulário para as políticas de segurança alimentar

Sistemas alimentares podem ser definidos como um conjunto de práticas, manejos, crenças e reciprocidades relacionadas ao consumo, produção, coleta e preparo dos alimentos pelos seres humanos e não humanos que compartilham o mesmo espaço material e imaterial dos territórios em que vivem. Tradicionalmente, os Akwẽ consomem carnes de caça, tatu, peixes e carne de vaca; frutas do cerrado; a mandioca, que fazem grolado, farinha e tapioca. Atualmente, comem bastante alimentos industrializados por escassez de caça e de roça, devido as terras não estarem boas para o plantio (Araújo, 2016; Rocha; Silva; Nascimento, 2016; Schmidt, 2022; Silva; Grácio, 2020).

A primeira condição para que o povo Akwẽ-Xerente realize seus ritos tradicionais é a possibilidade de ofertar alimentos para os convidados, como ocorre no *Dãsipe*, rito de nomeação das crianças, conduzido pelos anciãos de cada clã. O alimento principal é o Paparuto, um bolo de mandioca com carne, que é assado por várias horas, depois de ser envolvido em folhas de bananeira e enterrado sob brasas. Nos velórios, uma das obrigações de reciprocidade entre os clãs refere-se à responsabilidade de adquirir, preparar e

oferecer alimentos aos presentes, considerando que a família do falecido deve dispor da totalidade do tempo para “chorar” o seu parente. Esse trabalho é, posteriormente, recompensando com o pagamento de uma novilha, no dia da visita ao túmulo, que ocorre após sete dias do falecimento. Várias famílias incorporaram as festas de aniversário, o Natal e a comemoração do Ano novo nos seus calendários. Em geral oferecem, em grande quantidade, arroz e carne para os participantes dessas festas. Há muitos elementos que se referem à relação com os alimentos e com a territorialidade no conjunto de mitos do povo Akwẽ. O mito do fogo, a exemplo, aponta que a carne moqueada, muito apreciada entre os Akwẽ, foi saboreada pela primeira vez quando a onça (Huku), deu o fogo para um indivíduo, após salvá-lo, quando este foi abandonado pelo cunhado, no topo de um pé buriti. Desse contato surgiram os Clãs, as pinturas e o uso do fogo. Os Akwẽ compreendem o território como espaço de convivência com outros seres, onde todos tem o seu alimento. É comum, nos mitos, a referência aos donos do rio, da caça, das árvores, da chuva e do vento. Todo o território Akwẽ é mapeado, cosmologicamente, pelos pertencimentos diversos. Pescar e caçar são atividades que devem ser previamente autorizadas pelos *Tdekwa*, o dono da caça, por exemplo, pode esconder os animais, caso os acordos não sejam respeitados. O dono do rio e também dos peixes, se comunica com os pescadores, quando entende que esses “estão pescando muito” (Schmidt, 2022; Silva; Grácio, 2020). O Deus criador Akwẽ (*Waptozare*) os ensinou a plantar as roças, que são basicamente de dois tipos: as roças de vazante e as roças de toco. As primeiras foram inviabilizadas pela UHE de Lajeado, como citado anteriormente. Com o controle mecânico das águas, não existem mais as áreas, às margens do rio Tocantins, que fertilizavam o solo, permitindo o plantio nos períodos de seca. As roças de toco, que utiliza a queimada como manejo para a fertilização do solo, tem sido desestimulada pelos órgãos ambientais e até proibidas no período de risco para queimadas (Silva; Grácio, 2020).

A caça também foi afetada pelo crescimento das cidades e da malha viária, mas continua sendo uma das atividades produtivas importantes para o consumo das famílias. As regras da caça são rigorosamente observadas pelos Akwẽ, pois temem as represálias do Dono da Caça, conforme a narrativa abaixo:

Meu marido ficou doente no ano passado (2022). Começou a sangrar o nariz e a emagrecer. Perguntei a ele o que tinha acontecido. Ele me contou que foi caçar e atirou em um Porcão, mas não conseguiu matar. O bicho fugiu, baleado. Depois que ele me contou, fomos ao Pajé e, quando chegamos lá, ele nem precisou contar a história. O Pajé já disse: O *Tdeká* do porco está muito zangado com você. Ele não se importa se você mata e come, ele até acha bonito, mas não pode machucar e deixar sofrendo. Quando você vê que não consegue matar, não atira. Isso não se faz. O Pajé levou meu marido até

a toca do porcão e depois meu marido ficou bom. Agora ele está com medo de caçar (E. Xerente).

A pesquisa de campo tem nos permitido, até o momento, apreender categorias e um vocabulário êmico, cujos primeiros resultados apresentamos aqui. Para os Akwẽ, todos os seres vivos (humanos e não humanos) tem o seu “dicumê”, mas para que as relações de comensalidade sejam mantidas em equilíbrio, é necessário respeitar as regras estabelecidas desde “o começo” dos tempos. Na tabela abaixo, apresentamos algumas sugestões para a coleta de informações sobre a insegurança alimentar entre esse povo. Ressaltamos, no entanto, que essas questões foram pensadas considerando as pesquisas já realizadas e em andamento entre o povo Akwẽ e que a diversidade de povos e sistemas alimentares devem ser pensadas a partir do que é específico de cada povo, ressaltamos, ainda o caráter preliminar dessa proposta e também o dinamismo próprio dos contextos interculturais e que estão inseridos os povos indígenas:

Quadro 1 - Sugestões para avaliar a Insegurança alimentar entre os povos indígenas

1.	De onde vem a maior parte dos alimentos consumido pela família? Roças dentro da T.I? Supermercado das cidades mais próximas?
2.	Quais os alimentos “da cultura” são mais consumidos pela família e em que período do ano se consome mais esses alimentos da cultura?
3.	Quais os alimentos que a família ou comunidade plantavam e não plantam mais e por quê?
4.	Com que frequência a família ou comunidade usa dinheiro para comprar alimentos?
5.	Quantas vezes por dia a família se alimenta? Só quando sente fome ou em horários determinados?
6.	Com que frequência a família ou comunidade comia ou come carne de caça? Se diminuiu o consumo, por que acha que isso aconteceu? As áreas onde se encontram a caça permanecem preservadas ou sofreram alguma mudança?
7.	Com que frequência a família ou comunidade come frutos do cerrado e em que época do ano? A família diminuiu o consumo desses frutos nos últimos anos? Se ocorreu essa diminuição, por que acha que isso aconteceu? As áreas da terra indígena onde a comunidade coletava os frutos sofreram alguma mudança nos últimos anos?

8.	A família ou comunidade consome peixe? Se positivo, qual a origem do peixe consumido? A família ou comunidade avalia que houve diminuição dos peixes por alguma intervenção humana?
9.	Alguém da família tem remuneração fixa? Se positivo, indicar quanto do salário é utilizado para comprar alimentos e avaliar se é suficiente para tanto, considerando outras necessidades.
10.	Nos últimos meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, por que não havia comida?
11.	Nos últimos meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, por que não havia comida suficiente para todos?
12.	Nos últimos meses, alguma vez, algum membro da família ou da comunidade com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, por que não havia comida?
13.	A família ou comunidade depende de algum programa de assistência ou recebe cestas básicas de instituições do governo?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerações Finais

A EBIA tem como objetivo avaliar a segurança alimentar e nutricional e sua construção e aplicação está relacionada à necessidade de produção de dados para subsidiar as políticas públicas. Os parâmetros que constituem as questões da escala, no entanto, não consideram a grande diversidade de sistemas alimentares que existem no Brasil, as diferentes relações com os alimentos, as percepções sobre o que é fome, a distribuição, produção e as formas de aquisição e trocas. A compreensão da própria natureza dos alimentos é tão diversa quantos são os povos indígenas e tradicionais do Brasil. Essa diversidade, no entanto, aparece com um potencial riquíssimo de possibilidades que podem contribuir com o aperfeiçoamento tanto dos debates sobre segurança alimentar, como com a efetividade de ações e práticas do estado e da sociedade civil em relação ao enfrentamento da fome e da desnutrição entres esses povos e comunidades. Poderíamos nos perguntar se esse potencial existe, por que essas comunidades e povos vivem em insegurança alimentar? A resposta, em parte, está diretamente vinculada ao impacto sobre o sistema-mundo desses povos, que compreende o território como um espaço compartilhado com outros seres, sintetizada na resposta de Davi Yanomami ao explicar que a questão central no caso da tragédia Yanomami não é a fome, mas o garimpo.

A atividade mineradora ilegal levou para a T.I Yanomami mais de trinta mil garimpeiros, conforme constatação do governo federal, veiculada nos meios de comunicação no primeiro semestre de 2023. Contaminando rios, pessoas, matando peixes, animais, fazendo sangrar a terra e os corpos humanos e não humanos, impedindo plantios, colheitas e caça, esse tem sido o legado do garimpo e de outras atividades ilegais, como a retirada de madeira, caça e pesca não autorizadas. Davi tem clareza de que considerar a fome como um problema a ser enfrentado com cestas básicas, Bolsa Família e outras ações, sem considerar o contexto das violências impostas ao seu povo, não é suficiente para devolver a soberania Yanomami sobre a terra demarcada. No caso do povo Akwẽ do Tocantins, existem muitas atividades ilegais nas duas T.is (Xerente e Funil) a exemplo da caça, pesca e venda de madeira, igualmente impactantes para todo o sistema de vida desse povo. Ressaltamos, no entanto, que o modelo de desenvolvimento e a incapacidade das instituições locais de estabelecerem a escuta necessária para a confrontação dos desafios enfrentados pelos indígenas se apresenta como a questão central para compreendermos a realidade do acesso aos alimentos e da segurança alimentar (Silva; Grácio, 2020).

Consideramos que para qualquer avaliação referente ao que se define como segurança alimentar entre os povos indígenas, o primeiro movimento a ser realizado deve ser uma aproximação do sistema alimentar desses povos e, consequentemente, das interpretações e agências em relação ao consumo e distribuição de alimentos. O Povo Akwẽ Xerente, assim como a grande maioria dos povos originários constituíram modos de viver que foram classificados pela antropologia como “simples”, do ponto de vista da organização produtiva, uma vez que estas organizações são integradas e dependentes dos territórios. Apontamos, no entanto, que são sistemas complexos em sua totalidade, considerando que envolve uma extensa rede de relações, caracterizadas por regras rígidas de convivência, marcadas por acordos estruturados e manifestos na cosmologia, a exemplo das narrativas citadas. Usar modelos sustentados em categorias “engendradas no Norte para captar realidades para as quais não foram pensadas” (Segato, 2021, p. 50), corresponde a um esforço inútil de compreensão da complexidade e multiplicidade das organizações sociocsmológicas indígenas. Para os Akwẽ, a insegurança alimentar precisa ser avaliada considerando o quão impactado ou preservadas estão as T.Is que ocupam. No caso do Tocantins e parafraseando Davi Yanomami, não é a fome, é o modelo de desenvolvimento.

Referências

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 22, p. 895-903, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/K8QycNXpRNRs8GxWhFCmDBP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2023.

ARAÚJO, R. N. *Os territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwẽ-xerente, e os impactos da UHE de Lajeado*. 2016. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

ATHILA, A. R.; LEITE, M. S. "A medida da fome": as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/6XNcJYvf5vSsrZmVrrVhYgj/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2021.

AZEVEDO, E.; RIBAS, M. T. G. O. Estamos seguros? Reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 29, p. 241-251, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/VKtkrfjVQVV6rtkHV8YDPJg/?lang=pt#:~:text=Julga%2Dse%20importante%20promover%20a,agentes%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20fen%C3%B4meno>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YPDKqdqrHCK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, p. 119-129, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/nWXBS3LYccnQHjCbTgq6HHB> Acesso em: 10 set. 2023.

BLANCO, L. F. A nutrição, a saúde pública e a etnografia: construindo a fome múltipla. *Anais da ReACT*, Goiânia, v. 3, n. 3, 2017. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2786> Acesso em: 15 ago. 2023.

BLANCO, L. F. Conhecer a fome: saberes situados e a produção da desigualdade. *Cadernos OBHA*, Brasília, DF, v. 3, p. 23-33, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354294550_Conhecer_a_fome_saberes_situados_e_a_producao_da_desigualdade. Acesso em: 10 ago 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, DF: SAGI, 2014. Estudo Técnico n. 1 Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/>. Acesso em: 18 set. 2023.

CANESQUI, A. M. Comentários sobre os estudos antropológicos da alimentação. In: CANESQUI, A. M., GARCIA, R. W. D. (org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 23-47. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876-02.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CASTRO, J. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo*. Bogotá: Norma, 1998.

ESCOBAR, A. *Post-development as a concept and social practice*. In: Ziai, A. (ed.). *Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives*. Routledge, p. 18-31, 2007.

GARNELO, L.; WELCH, J. R. Transição alimentar e diversidade cultural: desafios à política. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 1872-1873, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Qw4Zsz4vxMsGrZN5cxWq5Fb/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20transi%C3%A7%C3%A3o%20alimentar%20%C3%A9%20inerente,za%C3%A7%C3%A3o%20como%20os%20povos%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 11 mar. 2023.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 187-199, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.

LIMA, L. G. B. *Os Akwẽ-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais*. 2016. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

LOPES DA SILVA, A. L.; FARIAS, A. J. T. P. Pintura corporal e sociedade: os ‘partidos’ Xerente. In: VIDAL, L. (org.). *Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1992. p. 89-116.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de koshima com brillat-savarin? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 145-156, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/129362>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MARQUEZAN, R. F. *Representações sociais de saúde nos akwẽ/xerente e as relações entre os sistemas de atenção à saúde indígena*. 2019. 153 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1126>. Acesso em: 25 out. 2021.

MAYBURY-LEWIS, D. *O selvagem e o inocente*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. 430 p.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, p. 31-42, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300002>.

MOURA, P. G.; BATISTA, L. R. V.; MOREIRA, E. A. M. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 23, p. 459-465, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/h4CvCFCDWCZwP7kvBc349tq/abstract/?lang=pt#:~:text=Conclui%2Dse%20que%20a%20transi%C3%A7%C3%A3o,%C3%A0%20terra%20e%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 mar. 2023.

NIMUENDAJU, C. *The Serente*. Tradução de Gutemberg Raposo e Odair Giralдин. Los Angeles: Southwest Museum 1942. 103 p.

OLIVEIRA, A. R. Comida e aspectos simbólicos na perspectiva de políticas públicas para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 27, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8658090>.

PAULA, L. R. *Dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos*. 2000. 352 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 116-142.

RIBAS, D. L. B.; LEITE, M. S.; GUGELMIN, S. Â. Perfil nutricional dos povos indígenas do Brasil. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O.; GUGELMIN, S. Â. (org.). *Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. v. 1, p. 211-235. DOI: 10.7476/9788575415870.010.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986. 464 p.

ROCHA, T. E. S.; SILVA, R. P.; NASCIMENTO, M. M. Mudanças dos hábitos alimentares entre os Akwen Xerente. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 50, p. 96-100, 2016. Disponível em: <https://ds.saudeindigena.ict.fiocruz.br/handle/bvs/6451>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ROMANELLI, G. O significado da alimentação na família: uma visão antropológica. *Medicina*, Ribeirão Preto, v. 39, n. 3, p. 333-339, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/388>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SALGADO, C. A. B. Segurança alimentar e nutricional em terras indígenas. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 131-186, 2007. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n1/04-Carlos_Antonio_Bezerra_Salgado-Seguranca_alimentar_e_nutricional_em_terras_indigenas.pdf. Acesso em: 3 ago. 2022.

SCHMIDT, R. *“Nossa cultura é pequi, frutinha do mato”*: um estudo sobre as práticas alimentares do povo Akwẽ. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Manuscrito.

SCHMIDT, R. *Sistema agroalimentar e (re)existência*: ‘mitos’, discurso político e produção acadêmica Akwẽ-Xerente. 2022. 230 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

SCHROEDER, I. *Política e Parentesco nos Xerente*. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SEGATO, R. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*: uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILVA, C. A. Os xerente e suas lutas em defesa de sua luta por terra. In: SILVA, R. P. *Povos Indígenas do Tocantins*: desafios contemporâneos. Palmas: Nagô Editora, 2015. p. 179-200.

SILVA, R. P.; DOURADO, D. G. Saneamento e saúde em terras indígenas. *Revista Tellus*, Campo Grande, ano 19, n. 40, p. 103-122, set./dez. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v19i39.616>.

SILVA, R. P.; GRÁCIO, H. R. O modelo de desenvolvimento do Tocantins e o povo Akwe-Xerente: impactos socioambientais e desafios da interculturalidade. *PRACS*, Macapá, v. 13, n. 2, p. 131-144, 2020.

VALENTE, R. *Os fuzis e as flechas*: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 518p

VERDUM, R. Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 9, n. 1, p. 129-162, 2003. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/512/455>. Acesso em: 17 maio 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O recado da mata. In: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu*: palavras de um Xamá Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WAIKANASÊ, Paulo. *O povo Akwẽ: território e identidade*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO, 2021.

YUYAMA, L. K. O.; PY-DANIEL, V.; ISHIKAWA, N. K.; MEDEIROS, J. F.; KEPPLER, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 21, p. 53-63, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/L9cHL6tMYH4Z9Pt5qQRZ9kx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2021.

Nota

- 1 A pesquisa, intitulada “Segurança Alimentar e o povo indígena Akwẽ-Xerente”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP) pelo parecer de nº 6.387.208. Está sendo realizada em cinco aldeias Xerentes, utilizando a abordagem qualitativa e a pesquisa de campo para obtenção dos dados.

Recebido em: 18 de novembro de 2024

Aprovado em: 12 de dezembro de 2025